

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO-FAE

AGENTE ADMINISTRATIVO

CONCURSO PÚBLICO
01/2026

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG e Caneta.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição. Responda as **40 (quarenta) questões**.
- φ A prova terá duração de **3h (três horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h30 (uma hora e trinta minutos)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
Ao término da prova entregue ao Fiscal de Sala a Folha de Resposta assinada.
- φ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

BOA PROVA !

UNIFAE

IPEFAE

LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões de 01 a 10



FOGO E MAR

Era uma vez uma chama muito ardente, que veio voando e voando até beijar o mar. Antes levemente cálido, o mar esquentou. Não a ponto de ferver, mas a nova temperatura fez surgir uma forma de vida que ninguém jamais conheceu. Ela nasceu tímida, depois revelou aos poucos suas habilidades e voou ao infinito. O mar ficou mais quente. A chama continuou acesa. E um trouxe à tona a face desconhecida do outro (a chama, mais fria; o mar, mais quente), até se encontrarem no céu.

Disponível em

<<https://folhadabaixada.com.br/literatura/micronarrativas/fogo-e-mar/>>.

Com adaptações. Acesso em 18/04/2026.

Q. 01

A leitura do texto permite concluir que:

- (A) Fogo e mar são mutuamente excludentes na história, como na realidade ocorreria se uma chama esquentasse a água até evaporar ou se a água apagasse o fogo.
- (B) A forma de vida de que o texto trata é, na verdade, o mar, com outra roupagem, o que fica claro no trecho “até se encontrarem no céu”.
- (C) A forma de vida de que o texto trata é, na verdade, o fogo, com outra roupagem, o que fica claro no trecho “que veio voando até beijar o mar”.
- (D) Fogo e mar são de certo modo complementares no texto, uma vez que, em lugar de se extinguirem mutuamente, revelam um no outro algo inédito até o momento em que se beijaram.

Q. 02

O trecho “Era uma vez uma chama muito ardente, que veio voando e voando até beijar o mar” poderia ser reescrito, sem prejuízo à correção gramatical nem ao sentido, da seguinte maneira:

- (A) Era uma vez uma chama muito ardente, na qual veio voando e voando até beijar o mar.
- (B) Era uma vez uma chama muito ardente, cujo veio voando e voando até beijar o mar.
- (C) Era uma vez uma chama muito ardente, a qual veio voando e voando até beijar o mar.
- (D) Era uma vez uma chama muito ardente, cuja qual veio voando e voando até beijar o mar.

Q. 03

Observe novamente o trecho:

“Era¹ uma vez uma chama muito ardente, que veio² voando³ e voando até beijar⁴ o mar”.

A soma dos índices dos verbos que estão conjugados (flexionados) na terceira pessoa do singular no modo indicativo é igual a:

- (A) 10
- (B) 3
- (C) 7
- (D) 0

Q. 04

Marque a opção que apresenta uma sequência de eventos que vai ao encontro do que o texto diz:

- (A) 1. Uma chama beijou o mar; 2. O mar esquentou e surgiu uma nova forma de vida, que voou ao infinito, e a chama ficou mais fria; 3. Eles se encontraram no céu.
- (B) 1. O mar beijou uma chama; 2. O mar esfriou e surgiu uma nova forma de vida, que voou ao infinito, e a chama ficou mais fria; 3. Eles se encontraram no céu.
- (C) 1. O mar beijou uma chama; 2. Surgiu uma nova forma de vida, que voou ao infinito, o mar esfriou e a chama ficou mais quente; 3. Eles se encontraram no céu.
- (D) 1. Uma chama beijou o mar; 2. O mar esquentou e voou ao infinito, fazendo surgir uma nova forma de vida, e a chama ficou mais fria; 3. Eles se encontraram no céu.

Q. 05

Julgue os itens a seguir, quanto à sintaxe do texto:

- I. O verbo ficar em “o mar ficou mais quente” é intransitivo.
- II. Em “Ela nasceu tímida”, temos um predicado verbo-nominal.
- III. A oração “que veio voando e voando até beijar o mar” tem valor sintático de adjunto adnominal.
- IV. Em “voou ao infinito”, temos um objeto indireto e não um adjunto adverbial de lugar/destino.
- V. Na oração “que ninguém jamais conheceu”, o sujeito é um pronome relativo.

A opção que melhor julga/interpreta os itens é:

- (A) Apenas um item está correto.
- (B) Apenas dois itens estão corretos.
- (C) Apenas três itens estão corretos.
- (D) Apenas quatro itens estão corretos.



Q. 06

No trecho “Ela nasceu tímida, depois revelou aos poucos suas habilidades e voou ao infinito”, a palavra destacada possui valor semântico diferente do carregado pelo seguinte termo:

- (A) “Antes levemente cálido, o mar esquentou”.
 (B) “Era uma vez uma chama muito ardente”.
 (C) “(...) fez surgir uma forma de vida que ninguém jamais conheceu”.
 (D) “(...) até se encontrarem no céu”.

Q. 07

Os termos destacados em “E um trouxe à tona a face desconhecida do outro” funcionam sintática e respectivamente como:

- (A) núcleo do adjunto adverbial e complemento nominal.
 (B) núcleo do adjunto adnominal e adjunto adnominal.
 (C) núcleo do objeto indireto e adjunto adnominal.
 (D) núcleo do objeto indireto e adjunto adverbial.

Q. 08

O emprego do acento grave na expressão “trouxe à tona” foi corretamente empregado. Outro exemplo de bom uso desse acento ocorre em:

- (A) Em relação à que foi feita ano passado, esta prova está mais difícil.
 (B) Já cansado da singradura, o Capitão voltou à terra.
 (C) Àquilo que não mata fortalece.
 (D) Doravante estudarei mais sintaxe e responderei à questões difíceis.

Q. 09

A respeito da vírgula em “Não a ponto de ferver, mas a nova temperatura fez surgir uma forma de vida que ninguém jamais conheceu”, é correto afirmar que:

- (A) foi incorretamente empregada.
 (B) é facultativa no caso em tela.
 (C) é obrigatória com o conectivo “mas”, não com “porém”.
 (D) poderia ser substituída por ponto-e-vírgula.

Q. 10

O único verbo encontrado no texto cuja regência é diferente da dos demais é:

- (A) Antes levemente cálido, o mar esquentou.
 (B) (...) uma forma de vida que ninguém jamais conheceu.
 (C) (...) até se encontrarem no céu.
 (D) Ela nasceu tímida, depois revelou aos poucos suas habilidades e voou ao infinito.

MATEMÁTICA**Q. 11**

Nos sistemas computacionais e na modelagem de processos, é comum utilizar raciocínio lógico para representar condições de funcionamento e analisar situações simultâneas. A compreensão das leis de equivalência é essencial para simplificar diagnósticos e garantir decisões consistentes em ambientes informatizados.

Considere as proposições:

- P: “O servidor está ativo”
- Q: “O sistema está disponível”

Qual alternativa representa corretamente a negação da afirmação composta “O servidor está ativo e o sistema está disponível”?

- (A) O servidor não está ativo ou o sistema não está disponível
 (B) O servidor não está ativo e o sistema não está disponível
 (C) O servidor está ativo ou o sistema está disponível
 (D) O servidor não está ativo ou o sistema não está disponível, mas nunca ambos ao mesmo tempo



Q. 12

Em editais de fomento à pesquisa, é comum que sejam estabelecidos critérios condicionais rigorosos para a avaliação de projetos, relacionando requisitos de mérito a desdobramentos administrativos. A interpretação correta dessas condições, sob a ótica da lógica formal, assegura previsibilidade e transparência nas decisões institucionais.

Um edital estabelece a premissa: “Se o projeto possui impacto social comprovado, então ele é aprovado na primeira fase de avaliação”. Considerando que essa condicional é verdadeira, assinale a alternativa que apresenta uma equivalente à proposição dada.

- (A) Se um projeto foi aprovado na primeira fase, então ele obrigatoriamente possui impacto social comprovado.
- (B) Se um projeto não possui impacto social comprovado, então ele certamente não será aprovado na primeira fase.
- (C) Se um projeto não foi aprovado na primeira fase, então é correto afirmar que ele não possui impacto social comprovado.
- (D) A aprovação na primeira fase é a única condição suficiente para garantir que o projeto possua impacto social.

Q. 13

A gestão financeira em instituições públicas requer planejamento estratégico e distribuição proporcional de recursos entre diferentes áreas acadêmicas, como bolsas de iniciação científica, infraestrutura laboratorial e eventos de disseminação de conhecimento. Essa divisão é frequentemente expressa em percentuais, exigindo do gestor a capacidade de converter dados relativos em valores absolutos para garantir a execução adequada do orçamento.

O orçamento anual de um departamento acadêmico foi distribuído da seguinte forma: 40% destinados às bolsas de iniciação científica, 35% reservados à aquisição de equipamentos de laboratório e o restante, equivalente a R\$ 45.000,00, destinado à organização de eventos acadêmicos. Com base nessa estrutura, o valor total destinado especificamente à aquisição de equipamentos de laboratório foi de

- (A) R\$ 54.000,00
- (B) R\$ 63.000,00
- (C) R\$ 72.000,00
- (D) R\$ 81.000,00



Q. 14

Nos sistemas de controle administrativo, fluxogramas e cadeias de condições lógicas são utilizados para determinar a tramitação de processos internos. A análise rigorosa dessas relações permite inferir conclusões válidas a partir da negação de consequências, utilizando o raciocínio dedutivo como ferramenta essencial para auditoria e tomada de decisão organizacional.

Considere as seguintes premissas:

- Se um processo é urgente, então ele é prioritário.
- Se um processo é prioritário, então ele é analisado no mesmo dia.

Constatou-se que um determinado processo não foi analisado no mesmo dia. A partir dessas informações, qual conclusão é logicamente obrigatória?

- (A) O processo é urgente.
(B) O processo é prioritário.
(C) O processo não é prioritário.
(D) O processo é urgente e prioritário.

Q. 15

Pesquisas acadêmicas que envolvem múltiplas variáveis, como a proficiência linguística em programas de pós-graduação, utilizam conceitos da Teoria dos Conjuntos para organizar e interpretar dados complexos. O Princípio da Inclusão-Exclusão é uma ferramenta fundamental para identificar interseções entre grupos e calcular a parcela da população que não se enquadra em nenhuma das categorias avaliadas.

Em uma amostra de 120 alunos, os dados revelaram: 10 dominam Inglês, Espanhol e Francês; 25 dominam Inglês e Espanhol; 18 dominam Inglês e Francês; 15 dominam Espanhol e Francês; 60 dominam Inglês; 50 dominam Espanhol; e 40 dominam Francês. Considerando essas informações, o número de alunos que não possui proficiência em nenhum dos três idiomas avaliados é

- (A) 12
(B) 15
(C) 18
(D) 22



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Q. 16

No ambiente do Sistema Windows e Microsoft Office o usuário pode se valer dos atalhos em sua rotina de trabalho. Alguns conhecem mais umas, outros já conhecem menos ou nenhuma tecla de atalho. Afirma-se corretamente que os atalhos de teclado:

- (A) são combinações de teclas pouco utilizadas que, combinadas ao uso do mouse, agilizam as tarefas realizadas.
- (B) são teclas ou combinações de teclas que fornecem uma maneira alternativa de fazer algo que o usuário normalmente faria com um mouse.
- (C) são teclas exclusivas do teclado usadas para abrir os programas e aplicativos mais importantes do Windows e Microsoft Office.
- (D) são os caminhos mais fáceis para que as atividades sejam realizadas no Windows e Microsoft Office.

Q. 17

Ao utilizar o atalho (botão) de AutoSoma no Excel, tendo sido selecionadas as linhas de 3 a 7 da coluna B de uma planilha, o descritivo correto da fórmula ficaria:

- (A) =AUTOSOMA(B3:B7)
- (B) =AUTOSOMA(B3;B7)
- (C) =SOMA(B3:B7)
- (D) =SOMA(B3+B4+B5+B6+B7)

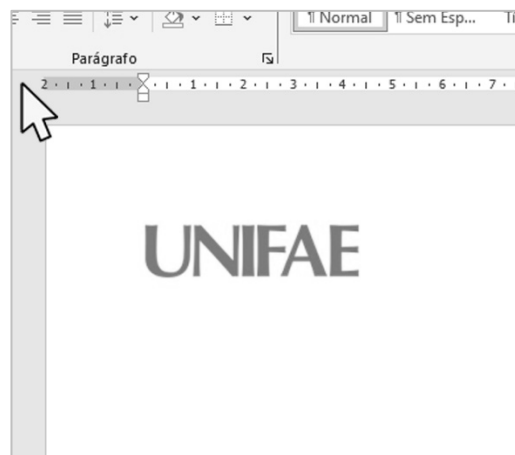
Q. 18

Sobre o assunto da questão anterior, assinale a alternativa que apresenta o símbolo existente no atalho (botão) de AutoSoma:

- (A) Σ
- (B) Δ
- (C) Π
- (D) Ω

Q. 19

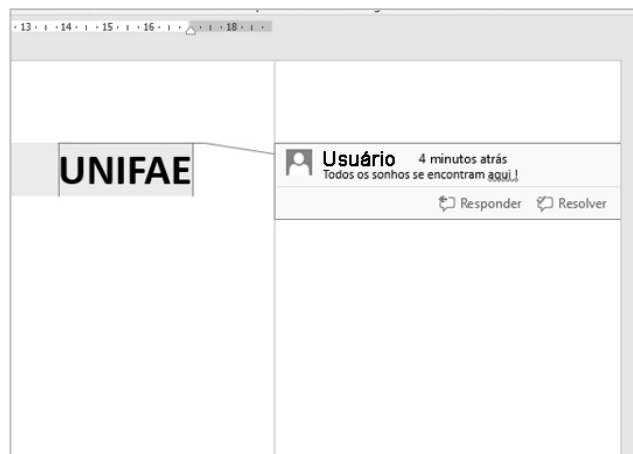
Na figura abaixo, no Word, com um duplo clique com o botão principal do mouse no local que está posicionado o cursor (ponteiro), é possível acessar rapidamente:



- (A) Parágrafo
- (B) Bordas de Página
- (C) Cabeçalho e Rodapé
- (D) Configurar Página

Q. 20

A partir da observação da figura abaixo, sobre o Word, assinale a alternativa que contemple corretamente qual recurso foi utilizado pelo Usuário (demonstrado a direita da imagem), após selecionar a palavra UNIFAE:



- (A) Nova correspondência
- (B) Novo comentário
- (C) Nova exibição
- (D) Nova referência



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Q. 21

A doutrina administrativista distingue diferentes categorias jurídicas que compõem a estrutura da Administração Pública, entre elas as pessoas jurídicas de direito público, os agentes e as unidades internas que executam as competências do ente. Sobre essa última categoria, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, dotada de patrimônio próprio e capacidade processual para figurar como parte nas demandas judiciais correspondentes.
- (B) O órgão público configura-se como centro de competência despersonalizado, integrado à pessoa jurídica de direito público a que pertence, sem personalidade jurídica própria.
- (C) Equivale ao agente público investido em cargo de chefia, responsável pela manifestação de vontade do ente federativo perante terceiros nas relações jurídicas estabelecidas.
- (D) Corresponde à entidade da Administração Indireta criada por lei específica para a prestação descentralizada de serviços públicos sob regime jurídico de direito privado.

Q. 22

Alguns políticos sulistas cogitaram a ideia de separar a região sul do restante do Brasil, criando assim um país próprio, formado pela junção dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O movimento até chegou ganhar o nome de *“O Sul é o meu País”*.

Com base nessa ideologia, mas atrelado aos regramentos constitucionais atuais, é possível afirmar que:

- (A) a separação será possível se o Presidente da República apresentar proposta de Emenda à Constituição nesse sentido. A separação ocorrerá se a proposta de emenda for aprovada em 2 turnos, em cada casa do Congresso Nacional, dependendo de no mínimo 3/5 dos votos de seus membros.
- (B) esse tipo de proposta, via Emenda à Constituição, só pode ser apresentada pelo Presidente da República.
- (C) esse tipo de proposta de Emenda à Constituição só não poderá ser objeto de deliberação se o País estiver passando por estado de defesa, estado de sítio ou durante intervenção federal.
- (D) esse tipo de proposta de Emenda à Constituição sequer será objeto de deliberação.

Q. 23

Diante dos movimentos bélicos que estão assolando a paz mundial nos dias atuais, o Presidente da República editou Medida Provisória facilitando a aquisição da

cidadania brasileira para imigrantes refugiados de países como Ucrânia, Rússia, Israel e Irã.

Segundo prevê a Constituição Federal, sobre o caso hipotético acima, é possível afirmar que:

- (A) é vedada a edição de Medida Provisória sobre cidadania.
- (B) como a matéria envolve relevância e urgência sobre o tema em questão, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, sem nem precisar submetê-las à apreciação do Congresso Nacional.
- (C) como a matéria envolve relevância e urgência sobre o tema em questão, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, mas ainda assim precisará submetê-las à apreciação do Congresso Nacional.
- (D) a medida provisória sobre esse tema (concessão de cidadania brasileira para refugiados de países que estão em guerra) só terá validade se apresentada diretamente pela mesa da Câmara dos Deputados Federais.

Q. 24

Diante de pedido de licença para realização de evento em via pública, a autoridade administrativa avalia o horário, o local e o impacto ao tráfego antes de decidir. A norma de regência da matéria fornece parâmetros para a análise do caso concreto pela autoridade. Sobre a atuação descrita, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta configura desvio de finalidade, dado que a ponderação entre interesses ultrapassa o campo de atuação administrativa autorizado pela legislação aplicável.
- (B) O agente público atua mediante competência vinculada, em que a lei predefine o conteúdo da decisão, sem margem de avaliação subjetiva pela autoridade administrativa.
- (C) A autoridade exerce competência discricionária, ponderando juízo de conveniência e oportunidade dentro dos limites legalmente fixados para a decisão administrativa.
- (D) A atuação caracteriza arbítrio administrativo, pois a ponderação subjetiva sobre o pedido extrapola os parâmetros legais estabelecidos para a manifestação da Administração.

Q. 25

Um cidadão protocola pedido de acesso a informações sobre contratos firmados pela Administração Municipal no exercício anterior. O setor responsável recebe a solicitação e verifica que a informação consta do acervo do órgão, sem necessidade de produção adicional de dados ou tratamento de informações classificadas como sigilosas. Sobre a configuração do atendimento descrito, assinale a alternativa correta.

- (A) O órgão deve condicionar o fornecimento à apresentação prévia de motivação detalhada pelo solicitante, com justificativa do interesse público envolvido na consulta protocolada.



- (B) A solicitação deve ser indeferida, pois informações sobre contratos administrativos integram dados sigilosos sob proteção do dever de confidencialidade da Administração.
- (C) O órgão deve conceder acesso imediato à informação disponível, conforme prevê a Lei Federal nº 12.527/2011 nos casos em que a informação requisitada esteja prontamente acessível.
- (D) A informação deve ser fornecida no prazo improrrogável de sessenta dias, mediante pagamento de taxa específica calculada sobre o volume de documentos solicitados pelo requerente.

Q. 26

Analise as afirmações abaixo e responda conforme prevê a Lei nº 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública.

- I. a competência para apreciar o processo administrativo é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- II. será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- III. os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.
- IV. inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

Das assertivas acima, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) I, II, III e IV.

Q. 27

Maria é vereadora neste município. Carlos é professor concursado neste município. Isadora é metalúrgica aposentada pelo INSS e presta serviços como auxiliar educativa voluntária na escola municipal de seu bairro, localizado neste município.

Os três estão, dolosamente, mas mesmo sem auferir enriquecimento, praticando atos que causam lesão ao erário, pois comprovadamente desviam bens municipais para particulares.

Nesse caso, com base na previsão da Lei nº 8.429/92 (lei de improbidade administrativa), é certo afirmar que:

- (A) somente Maria e Carlos praticam improbidade administrativa.

- (B) nenhum deles pratica improbidade administrativa, já que não tiveram enriquecimento através de suas condutas.
- (C) somente Carlos pratica improbidade administrativa, já que é o único que tem vínculo profissional com o município.
- (D) Maria, Carlos e Isadora praticaram improbidade administrativa.

Q. 28

Analise as afirmações abaixo e indique qual delas preenche adequadamente o espaço.

“É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de”:

- I. aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- II. contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- III. aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Com base na Lei de Licitações nº 14.133/21, das assertivas acima, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) I, II e III.

Q. 29

O governo municipal, visando priorizar a segurança e higiene coletiva, notificou os proprietários e-ou possuidores dos terrenos sem construção (terrenos baldios) para que murassem o imóvel, evitando assim que ali fosse descartado lixo, entulho, que proliferassem animais peçonhentos ou que se homiziassem usuários de drogas e moradores de rua.

A lei municipal editada prevê que o muro deve ser de alvenaria, ter uma altura mínima de 1,70m e que a não construção implicaria na aplicação de multa ao proprietário ou possuidor.

Na Rua das Flores, há três terrenos sem nenhuma construção erigida, todos pertencentes a João, que, por sua vez, se recusou a levantar os muros como determinado pela lei municipal, o que gerou sua autuação administrativa e aplicação de multas.

Com base na narrativa hipotética acima e com fundamento nas regras sobre Direito Administrativo, é correto afirmar que:

- (A) o Estado não tem poder para determinar o que o dono do imóvel deve fazer com ele. Se o proprietário não quiser murar o terreno e deixa-lo ocioso, é um direito que lhe cabe.



- (B) o Estado, ao autuar João, aplicando-lhe as multas, agiu no exercício do Poder de Polícia.
- (C) o Estado age com abuso de direito, pois deveria autuar quem descarta lixo irregular e dar guarida aos moradores de rua, jamais determinando que o proprietário ou possuidor do imóvel fosse obrigado a fazer a murada no terreno.
- (D) o Estado, ao autuar João, aplicando-lhe as multas, agiu no exercício do Poder Hierárquico.

Q. 30

Em um domingo ensolarado, a família Castro, moradores locais, fazia exercício no parque municipal.

Josimar, Guarda Civil de plantão na portaria do parque, se distraiu vendo o celular e deixou escapar Joca, um cão policial farejador de drogas, que acabou mordendo Josiane Castro, 13 anos, que fazia caminhada junto aos pais.

Alguns minutos antes do incidente, Shirley, professora concursada do mesmo município, aproveitando seu horário de folga, após caminhar no mesmo parque, foi manobrar seu veículo, vindo a colidir com o veículo da família Castro. Ambos os automóveis estavam em um estacionamento público e de uso gratuito localizado ao lado do parque municipal.

Considerando os fatos acima, e com base nas regras sobre responsabilidade do Estado previstas na Constituição Federal, é certo afirmar que:

- (A) a prefeitura será responsável por indenizar ambos os danos, pois ambos decorreram de condutas praticadas por seus agentes públicos.
- (B) a prefeitura será responsável por indenizar os prejuízos causados por Shirley, apenas.
- (C) a prefeitura será responsável por indenizar os prejuízos causados à Josiane, apenas.
- (D) a prefeitura não terá de indenizar nenhum dos incidentes, cabendo o dever de fazê-los individualmente à quem os praticou, no caso, Josimar e Shirley.

Q. 31

Mariana, divorciada, religiosa fervorosa, é diretora de unidade pública escolar do município B. Engajou na carreira como professora concursada, mas ocupa o cargo atual através de convocação comissionada.

Recentemente, no quadro de agentes daquela escola, Fernanda, transexual, cujo nome de nascimento é Yuri, tomou posse como professora.

Mariana, incomodada com a presença da nova colega de trabalho, já que avessa ao homossexualismo, se apega ao fato de Fernanda ter faltado sem qualquer justificativa por 4 dias naquele mês, para lhe aplicar uma punição de transferência para outra unidade escolar.

Levando em conta que na legislação municipal local é possível ao diretor escolar aplicar a punição a seus subordinados, mas também levando em conta as regras sobre direito administrativo, é certo afirmar que, no caso em tela:

- (A) houve excesso de poder, pois Mariana não pode aplicar punição diretamente ao seu subordinado.
- (B) houve desvio de poder, pois Mariana, apesar de ter poder para aplicar punições aos seus subordinados, nesse caso, o fez visando outra finalidade, qual seja, se livrar da agente pública que não a agradava.
- (C) não houve qualquer abuso de poder de Mariana, pois a punição aplicada a Fernanda está equalizada com o nível de gravidade da conduta faltosa praticada pela servidora. O fato da diretora ter aversão ao homossexualismo foi apenas uma infeliz coincidência que não anula o ato praticado.
- (D) houve desvio de poder, pois Mariana, apesar de ter poderes para aplicar punições aos seus subordinados, nesse caso, o fez visando outra finalidade, qual seja, se livrar da agente pública que não a agradava. Se a diretora não quisesse a presença de Fernanda, ante a repulsa que sente pelo homossexualismo, bastava determinar a transferência da professora para outra unidade, não precisando se socorrer desse engodo.

Q. 32

O município B entendeu por bem proibir a pesca no lago localizado no parque municipal. Quem for flagrado predando a fauna marítima será devidamente responsabilizado.

João, antigo morador local, está indignado com a proibição. Alega que tal medida é arbitrária, pois, de longa data, faz parte da cultura dos moradores do bairro a prática da pesca recreativa naquele lago.

Com base na situação hipotética acima e nas regras de direito administrativo, é certo afirmar que:

- (A) o novo ato administrativo (que proibiu a pesca) revogou o ato administrativo anterior (que permitia a pesca), pois praticado por conveniência e oportunidade.
- (B) o novo ato administrativo (que proibiu a pesca) anulou o ato administrativo anterior (que permitia a pesca), já que o anterior era necessariamente ilegal.
- (C) o novo ato administrativo (que proibiu a pesca) só deve atingir os novos praticantes da pesca. Os antigos praticantes, como o Sr. João, não estão obrigados a obedecer a nova postura, pois se deve preservar o direito adquirido daqueles.
- (D) o novo ato administrativo (que proibiu a pesca) deve atingir todos os praticantes de pesca, inclusive aplicando penalidades a quem praticou a pesca no passado, dentre eles, o Sr. João.

Q. 33

Para garantir a eficiência do serviço público, a gestão municipal determinou que os servidores responsáveis por atendimento ao público não usem o celular durante o expediente de forma recreativa. Fica terminantemente proibido o acesso a redes sociais, aplicativos de conversa ou de relacionamento durante o horário de expediente e principalmente durante o atendimento a um munícipe. O agente que descumprir essa ordem



cometerá infração e estará suscetível às penalidades correspondentes.

A aplicação da ordem acima, dirigida aos agentes públicos, representa, por parte da Administração Pública:

- (A) exercício do poder de polícia.
- (B) abuso de autoridade.
- (C) exercício do poder disciplinar.
- (D) exercício arbitrário das próprias razões.

Q. 34

Sérgio, empresário local, decidiu montar um novo empreendimento na cidade. A legislação local exige uma série de observâncias no que diz respeito a concessão do alvará para funcionamento, desde o respeito às regras de higiene e segurança a até o reuso da água de chuva visando a preservação ambiental.

Atendendo com precisão as regras determinadas, Sérgio cumpriu todas as exigências determinadas pelo Poder Público local, sendo então emitido o alvará de construção e o alvará de funcionamento.

Sobre o caso em questão e tomando por base as regras do direito administrativo, é certo afirmar que:

- (A) alvará é um termo genérico, nele se encontrando, dentre suas espécies, a licença, que é ato vinculado, e a autorização, que é ato discricionário.
- (B) alvará é um termo genérico, nele se encontrando, dentre suas espécies, a licença, que é ato discricionário, e a autorização, que é ato vinculado.
- (C) no caso em questão, o alvará emitido à Sérgio terá natureza de licença, que pode, mesmo após ser concedido, ser revogado a qualquer momento, por questão de conveniência e oportunidade da administração pública.
- (D) no caso em questão, o alvará emitido à Sérgio terá natureza de autorização, que não pode, após ser concedido, ser revogado por pura e simples conveniência e oportunidade da administração pública.

Q. 35

Analisar as assertivas abaixo e aponte qual delas preenche adequadamente a frase.

“É vedado ao município de São João da Boa Vista...”:

- I. recusar fé a documentos públicos.
- II. criar distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- III. outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

Com base na lei orgânica do município de São João da Boa Vista, é certo dizer que estão corretas apenas as assertivas previstas em:

- (A) II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) III.

Q. 36

A Lei Orgânica do Município de São João da Boa Vista atribui competências à Câmara Municipal em matérias de relevância para a administração do ente. Considerando essas competências, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, dispor sobre o sistema tributário municipal e a instituição de impostos, taxas e contribuições.
- II. Compete à Câmara Municipal nomear e exonerar livremente os ocupantes de cargos em comissão da estrutura administrativa do Poder Executivo, mediante decreto legislativo aprovado em plenário.
- III. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e operações de crédito do Município.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

Q. 37

João atuou como servidor por 10 anos neste Município. Faleceu semana passada em decorrência de um infarto fulminante. Deixou a esposa Maria, médica dermatologista e dona de importante clínica de estética local; Dulce, sua sobrinha, filha de sua falecida irmã Catarina, que conta com 23 anos; e Anastácio, seu pai, aposentado pelo regime geral de previdência social, contando com 70 anos, viúvo, mas que vive em regime de união estável com Clarice, que conta com 51 anos.

Diante do previsto na Lei nº 656/92 (que dispõe sobre o regime dos servidores deste município), é certo afirmar que:

- (A) a pensão por morte deixada por João será dividida em 3 cotas, sendo cada terço dirigido para Maria, Dulce e Anastácio.
- (B) a pensão será devida apenas à Maria.
- (C) a pensão será devida apenas à Dulce.
- (D) a pensão será devida apenas à Anastácio.

Q. 38

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a clareza e a precisão são atributos indispensáveis à redação oficial, pois favorecem a compreensão imediata do texto e reduzem ambiguidades na comunicação administrativa. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A precisão permite palavras de duplo sentido quando o contexto administrativo for suficiente para orientar a interpretação do destinatário.



- (B) A clareza admite regionalismos quando o expediente for interno, desde que o servidor responsável conheça o público habitual do documento.
- (C) A clareza exige linguagem compreensível, frases bem estruturadas, pontuação adequada e explicitação de siglas na primeira referência feita a elas.
- (D) A precisão recomenda alternar sinônimos e antônimos ao longo do texto oficial, para evitar repetição de termos e conferir maior variedade estilística à redação.

Q. 39

O Manual de Redação da Presidência da República orienta que textos oficiais devem apresentar coesão e coerência, de modo que palavras, frases e parágrafos estejam articulados e deem continuidade lógica uns aos outros. Nesse contexto, assinale a alternativa em que NÃO HÁ coerência.

- (A) A reunião foi encerrada após a deliberação dos itens previstos, e a ata registrou as decisões aprovadas.
- (B) O relatório foi revisado antes do envio, por isso as informações foram encaminhadas com maior segurança.
- (C) A solicitação foi analisada pela chefia imediata, e o parecer indicou os fundamentos da decisão administrativa.
- (D) O documento foi protocolado dentro do prazo, embora tenha sido recebido pelo setor responsável na data prevista.

Q. 40

O Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, instituiu o ambiente digital destinado à escrituração de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos empregadores no Brasil, conhecido como eSocial. Sobre essa plataforma, assinale a alternativa correta.

- (A) Configura sistema de escrituração contábil empresarial, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade e aplicável às sociedades empresárias com sede em território nacional.
- (B) Trata-se de plataforma destinada à apuração tributária dos contribuintes pessoa física, com prestação centralizada das declarações de imposto de renda à Receita Federal.
- (C) O sistema substitui integralmente as obrigações trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, dispensando o cumprimento das rotinas anteriores pelo empregador.
- (D) O Sistema de Escrituração Digital unifica a prestação das informações pelos empregadores em ambiente nacional informatizado, em substituição ao envio fragmentado de dados.

IPEFAE**GABARITO RASCUNHO**

1	16	31
2	17	32
3	18	33
4	19	34
5	20	35
6	21	36
7	22	37
8	23	38
9	24	39
10	25	40
11	26	
12	27	
13	28	
14	29	
15	30	

Seu futuro passa por aqui!

www.ipefae.org.br